



COLONIALIDADE, LINGUAGEM, MEMÓRIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

COLONIALIDAD, LENGUAJE, MEMORIA E INTELIGENCIA ARTIFICIAL

COLONIALITY, LANGUAGE, MEMORY, AND ARTIFICIAL INTELLIGENCE

Lucas Almeida Figueiredo Ribeiro¹

Rita de Cássia Borges de Almeida²

Rúthila de Almeida Araújo³

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a colonialidade para além de seus significados conceituais, analisando as principais ferramentas teóricas e práticas voltadas ao enfrentamento das múltiplas formas de dominação herdadas do colonialismo e ainda presentes na sociedade contemporânea. Baseado nas contribuições de Aníbal Quinjano, Walter Dignolo e Gayatri Spivak, em diálogo com as reflexões de Isidora Sáez Rosenkranz, o texto aborda como a colonialidade se manifesta na linguagem, na memória e nas tecnologias contemporâneas. Dessa forma, o artigo problematiza os arquivos tradicionais, evidenciando sua vinculação a estruturas coloniais de poder, e defende os arquivos comunitários como práticas políticas de democratização da memória e de produção de conhecimentos situados nos territórios. Também analisa criticamente o uso da Inteligência Artificial no ensino de História, apontando os riscos de reprodução de vieses, negacionismos e violências epistemológicas, bem como seu potencial pedagógico quando mediado de forma crítica e ética pelo professor. Conclui-se que a descolonização do ensino e da memória histórica se constrói por meio de alternativas realistas e micro práticas cotidianas que ampliam a pluralidade de saberes, fortalecem o vínculo com os territórios e reconhecem os sujeitos historicamente silenciados como produtores legítimos da História.

Palavras-Chave: Colonialidade; Ensino de História; Arquivos Públicos; História Oral; Inteligência Artificial

Resumen

Este artículo propone una reflexión sobre la colonialidad más allá de sus significados conceptuales, analizando las principales herramientas teóricas y prácticas orientadas al enfrentamiento de las múltiples formas de dominación heredadas del colonialismo y

¹ Licenciado em História (UEFS) e Mestrando em História (UEFS). E-mail: ribeirolucas1820@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3600-630X>.

² Licenciada em História (UEFS) e Mestranda em História (UEFS). Email: ritaborgesdealmeida@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7041-6317>.

³ Licenciada em História (UNEB) Especialista e Mestranda em História (UEFS). E-mail: ruthilahistoria@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3015-8658>.



aún presentes en la sociedad contemporánea. Basado en las contribuciones de Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo y Gayatri Spivak, en diálogo con las reflexiones de Isidora Sáez Rosenkranz, el texto aborda cómo la colonialidad se manifiesta en el lenguaje, la memoria y las tecnologías contemporáneas. De esta forma, el artículo problematiza los archivos tradicionales, evidenciando su vinculación con estructuras coloniales de poder, y defiende los archivos comunitarios como prácticas políticas de democratización de la memoria y de producción de conocimientos situados en los territorios. Asimismo, analiza críticamente el uso de la Inteligencia Artificial en la enseñanza de la Historia, señalando los riesgos de reproducción de sesgos, negacionismos y violencias epistemológicas, así como su potencial pedagógico cuando es mediada de forma crítica y ética por el docente. Se concluye que la descolonización de la enseñanza y de la memoria histórica se construye a través de alternativas realistas y micro-prácticas cotidianas que amplían la pluralidad de saberes, fortalecen el vínculo con los territorios y reconocen a los sujetos históricamente silenciados como productores legítimos de la Historia.

Palabras clave: Colonialidad; Enseñanza de la Historia; Archivos comunitarios; Historia oral; Inteligencia Artificial.

Abstract

This article analyzes coloniality as a persistent logic of power that goes beyond formal colonialism and continues to structure knowledge, educational practices, and regimes of memory in the field of History Teaching. Grounded in the contributions of Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, and Gayatri Chakravorty Spivak, in dialogue with the reflections of Isidora Sáez Rosenkranz, the text examines how coloniality manifests itself in the centrality of Eurocentric narratives, the hierarchization of knowledge, and the silencing of subaltern historical experiences. Language is addressed as both a space of domination and resistance, highlighting orality and Oral History as tools for valuing historically marginalized narratives. The article also problematizes traditional archives, revealing their alignment with colonial power structures, and advocates for community archives as political practices aimed at democratizing memory and producing territorially situated knowledge. Furthermore, it critically examines the use of Artificial Intelligence in History teaching, pointing out the risks of reproducing biases, negationism, and epistemic violence, as well as its pedagogical potential when mediated critically and ethically by teachers. It concludes that the decolonization of historical memory and History teaching is built through realistic alternatives and everyday micro-practices that expand the plurality of knowledge, strengthen ties with territories, and recognize historically silenced subjects as legitimate producers of History.

Keywords: Coloniality; History Teaching; Community Archives; Oral History; Artificial Intelligence.

1. Introdução



Este artigo resulta da pesquisa desenvolvida na disciplina História Social da Cultura, ministrada pelo Prof. Dr. José Augusto e pelo Prof. Dr. Francisco Ramallo, no âmbito do Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A proposta da disciplina consistiu na realização de uma entrevista com a professora e pesquisadora Isidora Sáez Rosenkranz. A partir das reflexões propostas pela autora, buscamos pensar como a colonialidade opera até os dias atuais, especialmente no campo do Ensino de História, bem como a necessidade de apropriação de metodologias capazes de disputar e superar relações de poder marcadas pela colonialidade e pelo silenciamento histórico.

A colonialidade é entendida aqui como uma herança do período colonial e como uma lógica persistente que se estende até a contemporaneidade, organizando saberes, hierarquizando culturas e definindo quais narrativas são legitimadas como conhecimento. Trata-se de um sistema que continua operando nas práticas educativas, nos arquivos, nas tecnologias e na própria produção historiográfica. Nesse sentido, a História, a linguagem e as ferramentas tecnológicas são atravessadas pela reprodução dessas hierarquias, o que nos convoca a assumir uma postura crítica, capaz de criar possibilidades de tensionamento e transformação dessas estruturas.

A proposta do artigo é refletir sobre alternativas realistas de enfrentamento da colonialidade a partir de práticas concretas, tais como o uso crítico da linguagem, a valorização das memórias subalternas por meio de arquivos comunitários e a problematização do uso da inteligência artificial no ensino e na produção do conhecimento histórico. Inspirados pelas contribuições de Isidora Sáez Rosenkranz, compreendemos que a descolonização não se efetiva apenas por meio de grandes rupturas estruturais, mas também a partir de micropráticas cotidianas que deslocam o centro da narrativa, devolvem a palavra aos sujeitos historicamente silenciados e reconfiguram as formas de produzir, ensinar e acessar a História.

Assim, ao longo do texto, discutimos a colonialidade em sua longa duração e suas manifestações na linguagem, na memória e nas tecnologias contemporâneas, ao mesmo tempo em que apontamos caminhos possíveis para uma prática historiográfica, educativa e digital comprometida com a pluralidade de saberes, com a valorização dos territórios e com a democratização crítica da memória.

Colonialidade

A colonialidade ultrapassa a compreensão restrita do colonialismo como um período histórico encerrado com os processos formais de independência política, como defende Aníbal Quijano, a colonialidade constitui uma lógica de poder duradoura, estruturante das sociedades modernas, que se mantém mesmo após o fim da dominação colonial direta. Trata-se de um padrão de poder que articula hierarquias raciais, epistemológicas, culturais e econômicas, organizando o mundo a partir da centralidade europeia e da desqualificação dos demais saberes e experiências.

Para Quijano (2005), a colonialidade do poder opera por meio da classificação racial da população mundial, produzindo desigualdades profundas na distribuição do trabalho, do conhecimento e da autoridade. Logo, essa lógica define quem pode governar, explorar ou ser explorado, além de ditar qual conhecimento é legítimo. Assim, a colonialidade se estabelece na ciência moderna permanecendo com a ideia de que o conhecimento europeu é universal, ao mesmo tempo em que outros conhecimentos,



como indígenas, africanos, populares, são historicamente questionados, desvalorizados e relegados.

Walter Dignolo (2008) também contribui para o entendimento da longa duração da colonialidade, na afirmação de que a colonialidade é o “lado escuro” da modernidade. Para o autor, não há modernidade sem colonialidade, ele evidencia que o ideal de progresso, racionalidade e desenvolvimento, se sustentaram por meio da expropriação, da violência e do apagamento de outros mundos possíveis. Nesse sentido, a colonialidade não ficou no século passado, mas até o presente, estrutura as formas contemporâneas de pensar, ensinar, arquivar e narrar a História.

Nessa perspectiva, as reflexões da professora Isidora Sáez Rosenkranz (2025) dialogam diretamente com esses autores, ao chamar atenção para a persistência da colonialidade nas práticas cotidianas do ensino, da pesquisa histórica e da produção da memória. Ao destacar que a colonialidade não se expressa apenas em grandes estruturas, mas também em escolhas aparentemente neutras, como o que se ensina, quais metodologias e fontes são utilizadas. Isidora nos convida a observar como essas hierarquias continuam operando de forma silenciosa e naturalizada, apontando possibilidades de transformá-las.

Podemos observar, dessa forma, que a colonialidade se manifesta, por exemplo, na centralidade de narrativas eurocêntricas, na marginalização das histórias locais e tradicionais, na valorização quase exclusiva da escrita como forma legítima de produção do conhecimento histórico. Essa lógica acaba produzindo distanciamentos entre os sujeitos e seus territórios, transformando suas próprias experiências em algo periférico ou irrelevante diante de uma história considerada “universal”.

É importante destacar que, neste artigo, a colonialidade não é pensada apenas como um diagnóstico, mas como um problema histórico-político que exige enfrentamento. Assim, ao conceituar a colonialidade, buscamos sobretudo explicitar as estruturas que organizam o silenciamento e a hierarquização dos saberes. Seguindo as contribuições de Isidora Sáez Rosenkranz (2025), esse enfrentamento não é compreendido como uma ruptura abstrata ou totalizante, mas como um processo construído por meio de alternativas realistas, situadas no cotidiano das práticas educativas, arquivísticas e tecnológicas.

A linguagem como ferramenta decolonial

A linguagem, sobretudo na História, assumiu diversos papéis, inclusive de dominação, a linguagem associada a escrita e a formalidade imposta pelo colonizador na chegada às américas, adquiriu naquele momento uma posição de superioridade. No entanto, o desprezo pelas línguas distintas e a necessidade de impor os costumes e a cultura européia, fez o colonizado desprezar a sua língua, o seu saber e sua ancestralidade, os que continuaram a praticar, vivenciaram dia após dia, um árduo processo de resistência étnica. Nesse processo, entra o grande desafio de validar o diferente, o que existia aqui, e não apenas o que passou a ser imposto como o “certo”.

Desta maneira, validar o diferente do que nos foi imposto, é também um processo de resistência travado há séculos pelos povos que foram marginalizados pelo processo de colonização. Ao aprofundar esse debate, e entender o outro lado da linguagem, é possível destacar o poder que ela tem de ser utilizada como ferramenta de transformação desses cenários criados pelo colonialismo. Nesse contexto, a linguagem se apresenta como uma ferramenta decolonial, podendo ser usada e transformada para



quebrar essas imposições europeias, mas de que forma? Como usar a linguagem para quebrar imposições? No campo prático, como é possível identificar essas relações?

A sociedade latinoamericana moldada no sistema colonial, precisou de grandes esforços para se desvincular, ao menos iniciar esse processo, que mesmo após os movimentos de independência, heranças coloniais permaneceram na sociedade. No contexto da atualidade, as relações de “colonizador e colonizado”, foram substituídas pelas relações de poder e imposição do próprio sistema capitalista e de quem responde por ele. Quando o sistema coloca que a “história mundial” que só discute a história da Europa, é também a “nossa história”, quem nos diz que a história da América é a nossa real história? As poucas linhas dos livros didáticos que falam sobre os incas, os maias e os indígenas do Brasil, apresentam distante de nós, quando na verdade esses povos foram os ancestrais que foram submetidos a violência impositiva dos Europeus.

Nesse sentido, validar o que foi historicamente deslegitimado as línguas locais, os saberes tradicionais e as memórias territoriais constitui um gesto político de enfrentamento à colonialidade. Conforme argumenta Spivak (2010), o problema não reside apenas na possibilidade de fala do subalterno, mas no reconhecimento dessa fala como portadora de sentido histórico dentro das estruturas hegemônicas. No Ensino de História, isso se expressa na centralidade de narrativas eurocêntricas que apresentam a chamada “história mundial” como sinônimo da história europeia, relegando as histórias indígenas, africanas e latino-americanas a menções superficiais e descontextualizadas nos livros didáticos.

Ainda que os processos de independência política tenham redefinido formalmente as relações entre colonizador e colonizado, as heranças coloniais permaneceram estruturando as sociedades latino-americanas. No contexto contemporâneo, essas relações assumem novas formas, vinculadas às dinâmicas do capitalismo global e à produção de narrativas históricas que continuam a invisibilizar experiências locais e subalternas (MIGNOLO, 2008). A linguagem, nesse cenário, permanece como um campo de disputa fundamental.

Portanto, falar as línguas nativas, exaltar o seu povo e a sua história local, é também um processo linguístico de resistência, que ao ser utilizado, quebra um ciclo onde o distinto deveria estar distante, e sempre abaixo do colonial. Dessa forma, podemos apontar um campo da linguagem que reflete esse processo de descolonização, a própria História Oral, que há séculos carrega a história de diversas etnias das Américas, e sempre foi desvalorizada por não ser registrada e por falar a linguagem do colonizado.

É nesse momento que buscamos entender a complexidade desse campo, e para isso, utilizamos as colocações de Isadora Sáez Rosenkranz para nos guiar nesse processo “sem dúvida a História Oral é uma via importantíssima -- sobretudo pelo tipo de registro e testemunho que ela nos permite recuperar -- Ela inclui matizes que o texto escrito não alcança – como a entonação da voz – as pausas – a maneira em que a pessoa ordena as ideias ou o gesto – é o testemunho da pessoa – o testemunho completo”.

O testemunho de quem viveu, traz marcas que o observador externo jamais será capaz de reproduzir, dessa forma entende-se o indivíduo como autor da sua história, ser ativo do seu processo, que dominando a escrita da sua língua, produz o seu



próprio documento. Assim, ao reconhecer a oralidade e outras linguagens como formas válidas de produção histórica, o Ensino de História amplia suas possibilidades pedagógicas e epistemológicas, tensionando a colonialidade e fortalecendo práticas educativas comprometidas com a pluralidade de saberes, a memória coletiva e o reconhecimento dos sujeitos historicamente silenciados.

Arquivos comunitários e memória subalterna

Os arquivos tradicionais foram historicamente constituídos a partir de hierarquias: do Estado, da escrita, da autoridade letrada e da experiência dominante. Nesse processo, múltiplas memórias, indígenas, negras, populares, camponesas, periféricas, infantis, foram classificadas como excessos, folclore ou como ausência de fonte. É nesse ponto que os arquivos comunitários emergem como prática política, porque tensionam diretamente essas hierarquias e reivindicam o direito à memória desde baixo.

Assim como a educação não é neutra, o arquivo também não é. Reconhecer os arquivos comunitários como espaços legítimos de produção de conhecimento significa admitir que a memória é disputa. Decidir o que é documento, o que é testemunho e é evidência histórica é um ato profundamente político. A memória popular foi marginalizada e historicamente impedida de se tornar arquivo e, quando incorporada, muitas vezes o foi sob critérios que a desfiguraram. Por isso, ela também não deve ser pensada como restrita ao arquivo tradicional.

Essa reflexão dialoga com a crítica de Spivak (2010), ao demonstrar que a subalternidade não se define apenas pela ausência de fala, mas pela impossibilidade de reconhecimento dessa fala dentro das estruturas hegemônicas de produção do conhecimento. Mesmo quando o subalterno se expressa, suas narrativas tendem a ser mediadas, traduzidas ou reinterpretadas por instâncias de poder que operam segundo lógicas externas às suas experiências. No campo da história e dos arquivos, isso se expressa na seleção excludente de memórias populares, muitas vezes silenciadas ou submetidas a filtros institucionais que esvaziam seu sentido político e histórico.

Nesse sentido, valorizar práticas comunitárias de preservação da memória exige deslocar o foco da palavra escrita como forma hegemônica de registro e abrir espaço para outras linguagens: a oralidade, a performance, os objetos, os gestos, as práticas cotidianas e as materialidades do território. No entanto, como alerta Isidora Sáez Rosenkranz (2025), a questão central não é substituir um formato por outro, nem encaixar essa diversidade de linguagens em estruturas que não as comportam, mas devolver aos próprios coletivos o poder de decidir como sua memória será registrada, preservada e transmitida.

Esses arquivos não precisam nascer em grandes instituições nem depender de dispositivos sofisticados. Eles podem emergir na escola, no bairro, em associações comunitárias, em arquivos escolares produzidos por estudantes, em coleções familiares, em objetos do cotidiano ou em narrativas compartilhadas. São alternativas realistas porque operam nos limites do possível, mas produzem efeitos profundos: rompem com a lógica colonial do apagamento e constroem referências para o futuro.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a experiência desenvolvida pelo coletivo Bahia de Dentro, o qual, atua com a História do interior baiano nos eixos da educação, da pesquisa e da produção cultural. O trabalho tem como proposta parte da preservação do patrimônio histórico material e imaterial, problematizando narrativas



tradicionais marcadas por silenciamentos e colonialidade, e ampliando o olhar sobre a História da Bahia para além da capital. Pensar a Bahia a partir do interior é reconhecer a diversidade de experiências, territórios e elementos culturais que compõem o estado.

Entre as experiências realizadas, destacam-se atividades com imagens antigas das cidades, analisadas a partir de múltiplas perspectivas sobre a formação do espaço local. Em uma dessas ações, foi solicitado que cada estudante consultasse seus próprios acervos familiares e levasse uma imagem que considerasse representativa da cidade. O resultado foi surpreendente: cada imagem revelava um ponto de vista singular, ligado à história da família, ao lugar vivido e às memórias afetivas. A cidade apareceu múltipla, fragmentada, diversa, distante da narrativa única e homogênea da história oficial.

Essas atividades se mostraram profundamente significativas e afetivas. Elas fortalecem vínculos com a história do lugar, com a comunidade e com o território, ao mesmo tempo em que evidenciam que todos podem contar a história a partir dos elementos que carregam consigo. Trata-se de um exercício concreto de contraposição à história oficial, muitas vezes imposta de forma violenta, que apaga experiências e sujeitos.

Por isso, quando pensamos a educação e, especialmente, o ensino de História, é fundamental defender a figura do professor-pesquisador, tão discutida por Paulo Freire (1996), Antônio Nóvoa (1992) e Lawrence Stenhouse (1975) e que articula o conhecimento da escola com a produção científica, que democratiza o acesso ao saber e valoriza os saberes tradicionais e as experiências do território. Esse professor não impõe uma narrativa única, mas oferece ferramentas para que o estudante desenvolva seu próprio conhecimento e sua consciência crítica. É isso que Isidora chama de alternativas realistas.

Pensar a descolonização passa, necessariamente, por reconhecer a educação como ferramenta de transformação e ressignificá-la no sentido de fortalecer a consciência sobre a importância do território, dos saberes tradicionais e das múltiplas experiências culturais que atravessam os estudantes, bem como seu potencial de agir e transformar a realidade do lugar onde vivem. A escola não pode ser um espaço que apaga essas presenças e desconecta os sujeitos de seus territórios; pelo contrário, é ali que elas precisam ser legitimadas como conhecimento, fortalecendo identidade e pertencimento.

No fim, ser professor como agente político, e atuar com arquivos comunitários, significa agir no presente com consciência da longa duração. Significa reconhecer que a colonialidade também opera nas microescolhas que estruturam a memória: o que se guarda, quem decide, quem narra e quem tem acesso. Pequenos gestos de problematização e valorização de narrativas diversas, experiências, sujeitos históricos, territórios e culturas, quando orientados pela escuta, pelo vínculo e pela valorização, tornam-se atos políticos de longa duração. Eles criam cultura, produzem pertencimento e ampliam o campo do que é reconhecido como História.

Pensar arquivos comunitários e memória subalterna é, portanto, pensar uma História feita com e a partir dos sujeitos historicamente silenciados. É reconhecer que não há descolonização sem disputa da memória. E que fortalecer a memória popular, preserva o passado, mas também redefine quem tem o direito de contar a própria história no presente.

Inteligência Artificial e o mundo digital no ensino de História



Ao tratar sobre micropráticas realistas para desmontar a colonialidade, Isidora Rosenkranz cita a Inteligência Artificial (IA) como risco acentuado para o conhecimento histórico, para a memória coletiva e para o aprendizado. A forma como a IA se apropria de várias linguagens e variadas narrativas acerca de fatos e acontecimentos históricos e perpetua conceitos e saberes hegemônicos, são a grande problemática, somando-se a isso o grande acontecimento das redes sociais de comunicação e a perpetuação instantânea e em massa desse conhecimento.

O uso das plataformas de IA já são uma realidade nas instituições de educação e fora delas. Plataformas que foram criadas para tornar prático determinadas atividades e permitir que tivéssemos “mais tempo”, têm causado danos, cujos os efeitos têm sido sentidos na percepção sobre tempo, no revisionismos de memórias e no alargamentos de violências epistemológicas.

No que se refere a história, por exemplo, não só como disciplina escolar, mas como campo da ciência, as implicações e consequências do uso sem criticidade da IA tem gerado e retroalimentado uma série de revisionismos, estigmas e falsas verdades sobre temas caros aos pesquisadores, pesquisadores, professores e professoras. Como os exemplos dos temas: ‘Escravidão’, ‘Regime Militar’, ‘democracia’, ‘direita’, ‘esquerda’, etc. Sobre o revisionismo, acerca do regime ditatorial, Tatyana do Amaral Maia reafirma:

O avanço do negacionismo histórico como parte da crise do regime de historicidade moderna vivenciada no Brasil, a partir de 2013, e a emergência do presentismo, a partir da negação do regime de memória liberal sobre a ditadura. Essa crise, portanto, também atravessa os usos e as apropriações do passado, e tem favorecido a construção de um regime de memória que requalifica a ditadura e condena os movimentos sociais e suas ações políticas, através do falseamento do passado (Maia, 2023, p. 13).

Isso se complica ainda mais diante do imediatismo e da rapidez com que a sociedade contemporânea manipula as redes sociais de informação. Não só na criação e recriação de imagens e textos com auxílio da IA, mas como elas são disseminadas sem nenhuma criticidade, em grande medida, reafirmando preconceitos, exclusões e narrativas hegemônicas. Mendes (2018), ao tratar desse problema ressalta que temos, enquanto produtores e difusores do conhecimento histórico, um desafio “na construção de um conhecimento histórico que dialogue com as novíssimas gerações” (Mendes, 2018, p.10).

Aos historiadores e historiadoras, professores e professoras têm recaído o papel de orientar, desmentir e criar alternativas possíveis para os usos da IA e das redes sociais, não apenas pelo uso incoerente e indiscriminado de fatos históricos e narrativas questionáveis, mas, também, pela forma como essas narrativas têm ganhado espaço na educação e tem gerado desníveis no desempenho, na criticidade e na qualidade do que se é estudado e aprendido dentro da sala de aula.

Um argumento recorrentemente questionável, é a idéia da democratização da informação, e nesse caso, do conhecimento histórico e a participação pública na construção do conhecimento histórico através da IA e das redes sociais. O fato de a IA estar em praticamente todo e qualquer aparelho eletrônico e em mãos da maioria da população, o acesso à informação, a busca mais rápida para sanar determinadas dúvidas, torna o sujeito responsável e supostamente crítico do conhecimento.



Apesar de considerarmos danoso e arriscado, existe uma outra perspectiva a ser analisada a respeito do uso da IA no ensino e aprendizagem. Algumas pesquisas já se debruçam sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta pedagógica na sala de aula de História, entendendo-a como um processo de modernização do ensino e alinhando-a às novas tecnologias.

Neto e Oliveira (2025) por exemplo, vão discutir a importância da mediação crítica do professor para garantir que a IA beneficie a aprendizagem e não comprometa o pensamento crítico dos estudantes, pontuam também as preocupações sobre vieses, a desigualdade de acesso e a necessidade urgente de políticas e diretrizes para o uso ético da tecnologia na educação. Os autores formulam que a IA pode ajudar na formação de uma consciência histórica crítica desde que seja integrada de forma correta no cotidiano escolar e usada de forma dinâmica e crítica pelos professores.

Sem o olhar atento do professor, corre-se o risco de que os alunos deixem de pensar por si mesmos e apenas aceitem o que a máquina diz, o que vai contra a ideia de formar uma consciência histórica capaz de relacionar passado, presente e futuro de forma crítica. (NETO, OLIVEIRA, 2025, p.13)

No estudo desenvolvido por Ferreira Filho e Barros (2024), os autores buscam entender o contexto de atuação da IA e de modo positivo, a sua contribuição para o contexto educacional e especialmente o ensino de história. Ambos refletem sobre a necessidade de uma formação docente voltada para o letramento digital e pensamento crítico para mediar o uso da IA em sala de aula e assim, evitar a autonomia limitada dos alunos e combater a proliferação de *fake news*.

Apesar de todo risco, desde tornar o professor e a professora como mediadores da tecnologia, da IA e limitá-los a esse papel, como também, não conseguirmos definir parâmetros éticos para seu uso, existe uma alternativa realista, que é fazer o movimento de alimentar corretamente e com boas referências os algoritmos responsáveis por montar as informações, corrigindo-os, confrontando-os e usando-os de forma criativa dentro da sala de aula.

Conclusão

Como percebemos, as reflexões fomentadas pela a professora e pesquisadora Isidora Sáez Rosenkranz permitiu adentrarmos em vários universos de análise e de disputa da colonialidade ainda na contemporaneidade. Como escrito antes, a colonialidade ultrapassa a concepção de um limite temporal, constitui-se como uma lógica de poder duradoura, estruturante das sociedades modernas e que mantém seus tentáculos em várias esferas da vida, desde a forma como manipulamos e propagamos a memória coletiva, falamos e contamos a nossa história.

Ela se faz presente nos apagamentos de outras possibilidades de existência e marginalização de outras diversas formas de fazer cultura, ciência e conhecimento. O colonialismo se instaurou na língua, assumiu o papel de dominação, através da formalidade imposta pelo colonizador aos povos originários, por exemplo. Também se faz presente nas novas tecnologias e na forma como o conhecimento é solapado quando disseminado sem criticidade ou perpetuando numa visão hegemônica dos processos históricos.

Apesar de ser uma engrenagem antiga e resistente, foi demonstrado aqui que existem possibilidades e mecanismos para destroná-la, que consiste em usar como ferramenta de enfrentamento a oralidade, como resgate da história e memória de grupos marginalizados. Arquivos outros, como fotografias e outros tipos de registros, com o objetivo de quebrar a hierarquia que valoriza os arquivos oficiais como únicas fontes possíveis do fazer histórico, e por último, a mediação crítica e criativa do uso da inteligência artificial para a construção e reconstrução da memória coletiva e como ferramenta potente no ensino de história.

Referências bibliográficas :

- Bauer, C. S. y Nicolazzi, F. F. (2016). O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. Belo Horizonte: *Varia Historia* (v. 32, n. 60, pp. 807–835).
- Fernandes Neto, J. y Oliveira, C. E. (2025). Inteligência artificial e o ensino de História. En *Dossiê: Políticas públicas para educação, formação docente e metodologia da pesquisa* (p. 1). Localidad no identificada: Editorial no identificada.
- Ferreira Filho, C. A. y Barros, P. (2024). Inteligência artificial e ensino de história: alcances e desafios na era da cultura digital. Curitiba: *Revista Dito Efeito* (v. 15, n. 26, pp. 26–37).
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Maia, T. (2023). Negacionismo histórico e emergência da extrema-direita. Belo Horizonte: *Varia Historia* (v. 39, pp. 1–32).
- Mignolo, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Niterói: *Cadernos de Letras da UFF* (n. 34, pp. 287–324).
- Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Nóvoa, A. (2009). Para uma formação de professores construída dentro da profissão. En A. Nóvoa (Org.), *Professores: imagens do futuro presente* (pp. 25–46). Lisboa: Educa.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 117–142). Buenos Aires: CLACSO.
- Sáez Rosenkranz, I. V. (2025). Entrevista concedida a Rúthila de Almeida Araújo; Rita de Cássia; Lucas Ribeiro. Feira de Santana/Barcelona: UEFS/Universitat de Barcelona.
- Sher, B. R. y Sáez-Rosenkranz, I. V. (2023). Propuesta teórico-metodológica para decolonizar la enseñanza de la historia. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas* (v. 31, n. 47). Disponible en: <https://doi.org/10.14507/epaa.31.7621>.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.